

Aos Trabalhadores do Cascaishoping

Avançar é preciso!

Andar para trás não



REVOGAR AS NORMAS GRAVOSAS DA LEGISLAÇÃO LABORAL

Ao longo de toda a legislatura, entre Outubro de 2015 e Julho de 2019, não foi por falta de propostas da CDU que não houve oportunidade de decidir sobre reposição e conquista de direitos para os trabalhadores e combater as alterações propostas por PS, PSD e CDS à Legislação Laboral que visam agravar ainda mais as questões da precariedade, designadamente com uma proposta impensável e inaceitável de alargamento do período experimental de 90 para 180 dias, perpetuando as situações de precariedade laboral.

Mas, sempre que se trata de direitos dos trabalhadores PS junta-se a PSD e CDS, tendo em todos esses momentos rejeitado as propostas da CDU.

Pela mão do PCP foram apresentadas e levadas a votação na Assembleia da República propostas para garantir:

- O fim da caducidade da contratação coletiva e reposição do princípio do tratamento mais favorável;

A reposição das regras e dos valores das indemnizações por despedimento;

- As 35 Horas para todos os trabalhadores, do público e do privado;

- O fim dos bancos de horas, adaptabilidades e desregulação de horários;

- A reposição do valor de pagamento do trabalho suplementar e em dia feriado e respetivo descanso compensatório;

- A reposição de 25 dias de férias;

- A correspondência a um posto de trabalho permanente, um contrato efectivo;

- O fim dos contratos de trabalho de muito curta duração;

- Limitar o recurso ao outsourcing e trabalho temporário, garantindo a integração dos trabalhadores nos quadros das empresas utilizadoras;

- A obrigatoriedade do pagamento do subsídio de refeição;

- O reforço dos créditos de horas dos membros das comissões de trabalhadores, entre outros direitos.

Todas estas propostas foram chumbadas por PS, PSD e CDS.



Grandes superfícies

Os trabalhadores das grandes superfícies continuam a sofrer as consequências do trabalho precário e dos baixos salários, num sector onde estão reunidos os grandes grupos económicos da distribuição que concentram, anualmente, largos milhões de lucros sacados aos trabalhadores. Um sector onde a concentração de capital é feita à custa dos direitos dos trabalhadores, da prática de baixos salários, de contratos precários e de uma gritante desregulação de horários.

Um sector que foi, uma vez mais, desprezado pelo Governo ao rejeitar as propostas do PCP de redução do horário de trabalho para 35 horas, de combate à precariedade, de aumento do salário mínimo para 650€ e de revogação das normas gravosas da legislação laboral.



Um CONTINENTE de exploração

A situação dos trabalhadores do CONTINENTE do Cascaishopping continua fortemente marcada pelas más condições de trabalho e pelo acentuar da exploração. Uma empresa que, ano após ano, distribui milhões pelos seus accionistas mas que, em relação aos seus trabalhadores, apenas tem para oferecer uma boa dose de repressão condimentada com baixos salários, contratos precários, discriminações salariais, desregulação de horários, sobrecarga de trabalho, falta de material e deficientes instalações sanitárias.

A desmotivação generalizada abateu-se sobre os trabalhadores que, também, não têm no governo quem esteja preocupado com os seus direitos e rendimentos, chumbando as propostas do PCP com vista à introdução de melhorias no código do trabalho. Apenas a luta organizada poderá solucionar os problemas sentidos e vividos pelos trabalhadores desta grande superfície. **Vamos à luta!**

LIMITAR E MELHORAR AS CONDIÇÕES DE TRABALHO NO REGIME DE TRABALHO NOCTURNO E POR TURNOS

Em particular no que respeita ao trabalho noturno e em regime de turnos e de laboração contínua o PCP propôs a sua limitação às situações estritamente necessárias e um conjunto de medidas de compensação e melhoria das condições de trabalho nesses regimes, em que se destaca:

- A fixação do trabalho noturno no período entre as 20h00 e as 7h00, permitindo que a contratação colectiva fixe apenas regimes mais favoráveis ao trabalhador;
- O estabelecimento de um valor mínimo (25%) de subsídio de turno, com a possibilidade de ser de valor superior por via da contratação colectiva;
- O direito à antecipação da idade da reforma sem penalizações para os trabalhadores que trabalhem por turnos ou em período noturno, devido ao desgaste e penosidade deste tipo prestação de trabalho, com as respectivas contribuições para a Segurança Social a cargo das entidades patronais;
- O direito a um dia de férias adicional por cada três anos neste regime;
- O direito a sair do trabalho por turno aos 55 anos de idade ou ao fim de 20 anos de trabalho nesse regime, mantendo o subsídio de turno.
- A obrigatoriedade de realização de exames médicos sigilosos e sem custos de 6 em 6 meses.

Todas estas propostas foram chumbadas por PS, PSD e CDS, mas a luta conquistará um caminho de progresso e justiça social.

Os direitos dos trabalhadores nunca foram oferecidos por ninguém, foram sempre conquistados com a coragem, a resistência e a luta dos trabalhadores.

Grandes Superfícies - Lucros e direitos



Os resultados dos poderosos grupos económicos presentes na maior superfície comercial de Cascais, o Cascaishopping, vão sendo conhecidos e, surpresa das surpresas, os milhões de euros de lucro

continuam a encher os bolsos dos accionistas, enquanto os trabalhadores vêem os aumentos salariais recusados e as condições de trabalho a piorar.

A começar pela SONAE, com participação no CONTINENTE, WORTEN, Well's, Salsa, NOS, MO, entre outras, que teve o crescimento anual mais elevado dos últimos dez anos, aumentando o resultado líquido em 33,7%, para os 222 milhões de euros.

O grupo Inditex, com participação na ZARA, FULL & BEAR, Bershka, Massimo Dutti, Stradivarius, OYSHO, ZARA HOME, UTERQUE, etc, viu as suas vendas aumentarem e alcançou lucros de 3.444 milhões de euros. A Iberdrol, com as marcas Burger King, KFC, PAN'S, Pasta Caffè, Pizza Hut, etc, fechou o ano de 2018 com 25,1 milhões de euros de lucro, sem ter ainda a Telepizza incluída neste balanço.

O grupo FNAC fechou o ano de 2018 com 296 milhões de euros de lucro, representando um aumento de 10% face a 2017. A estes grupos poderemos juntar outros grupos, outras lojas e outras marcas, todos com um único interesse e uma única política. O interesse no lucro e uma política de exploração.

Mas ainda há quem acredite que não há luta de classes!

AS PROPOSTAS ELEITORAIS DO PCP

No seu Programa Eleitoral para as Eleições Legislativas de Outubro de 2019 o PCP propõe de entre um vasto conjunto de propostas:

- A assumpção de um Plano Nacional de Combate à Precariedade, assegurando poderes executivos à Autoridade para as Condições do Trabalho, para declarar vínculos efectivos a todos os trabalhadores que estejam a ocupar postos de trabalho permanentes
- Aumento geral dos salários e do Salário Mínimo Nacional para 850€

A CDU continuará, com todos os meios ao seu alcance, ao lado dos trabalhadores a desenvolver a luta para valorizar os trabalhadores, avançar nos direitos e na melhoria das condições de trabalho.

Mais força à CDU

PCP-PEV

